

A Geopolítica da China na Crise da Venezuela: Postura Estratégica e Diplomacia Militar

Augusto W. M. Teixeira Júnior*

RESUMO

O presente artigo analisa o engajamento da China na crise da Venezuela sob a ótica da geopolítica e da geoestratégia. A análise é dividida em dois eixos: Postura Estratégica da China na América Latina e Caribe; Presença e Diplomacia Militar Chinesa na Venezuela. Através de documentos e pronunciamentos oficiais, o primeiro eixo investiga o lugar da Venezuela na Grande Estratégia chinesa, tal como a lógica de aproximação na América Latina e Caribe. O conceito de “1+3+6” é avaliado como lógica do engajamento de Pequim com a Venezuela. Como parte de sua Grande Estratégia, a diplomacia militar é analisada também à luz do padrão de transferência de armas chinesas para a região, com ênfase na Venezuela. Por fim, o artigo conclui que, não obstante a relevância do apoio chinês para a sustentação do governo de Nicolas Maduro, o engajamento sino-venezuelano é mais pragmático do que ideológico. Ademais, além do imperativo da distância, os interesses mais prementes do país contribuem para manter a região como uma zona secundária para a expansão chinesa, especialmente na expressão de força militar.

Palavras-chave: Grande Estratégia; Geopolítica; América Latina e Caribe; China; Venezuela.

ABSTRACT

This paper analyzes the engagement of China in the Venezuelan crisis from the point of view of geopolitics and geostrategy. The analysis is divided into two axes: China's Strategic Posture in Latin America and the Caribbean and Chinese Military Presence and Diplomacy in Venezuela. Through documents and official pronouncements, the first axis investigates the place of Venezuela in the Chinese Grand Strategy as its approach logic in Latin America and the Caribbean. The concept of "1 + 3 + 6" is assessed as the logic of Beijing's engagement with Venezuela. As part of its Great Strategy, military diplomacy is also analyzed in light of the pattern of transfer of Chinese weapons to the region, with an emphasis on Venezuela. Finally, the paper concludes that despite the relevance of Chinese support for the support of Nicolas Maduro's government, the Chinese-Venezuelan engagement is more pragmatic than ideological. Moreover, besides the imperative of distance, the most pressing interests of the country contribute to keep the region as a secondary zone for Chinese expansion, especially in the expression of military strength.

Keywords: Grand Strategy; Geopolitics; Latin America and the Caribbean; China; Venezuela.

* Doutor em Ciência Política (UFPE). Pós-doutor em Ciências Militares (ECEME). Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB). Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP - CEEEx) e do INCT-INEU.

O presente artigo integra uma agenda de pesquisa mais ampla, cuja indagação central busca conhecer o perfil da atuação das grandes potências no entorno estratégico brasileiro. Na condição de esforço inicial, este artigo propõe, como recorte da temática supracitada, o enfoque no papel da China na crise da Venezuela. A investigação se desenvolveu em dois eixos complementares.

No primeiro, estudou-se a Postura Estratégica da China, em particular, o papel da Venezuela para a Grande Estratégica chinesa. Em 2009, o país asiático tornou público o Livro Branco sobre a Política da China para a América Latina e Caribe. No documento se verifica uma opção por uma estratégia multidimensional, abarcando as expressões política, econômica e militar como vetores do engajamento chinês com a região. A partir de 2013, esse impulso de expansão se acentua. O segundo momento da presença chinesa na região é contemplado com a segunda versão, do Livro Branco supracitado, em 2016. Nele o conceito de “1+3+6” emerge mais claramente como lógica da orientação chinesa para a América Latina e Caribe, com destaque especial para a Venezuela. Interesses nas áreas de *commodities* (petróleo e gás), infraestrutura e logística (*Belt and Road Initiative*) e a oportunidade que a região possibilita para o balanceamento brando em relação à Washington são percebidos como fatores que favorecem a aproximação de Pequim à região.

O segundo eixo lança luz sobre os aspectos da presença e da diplomacia militar chinesa na Venezuela e região. Não obstante a América Latina e Caribe não configurar como área prioritária de atuação para o poder militar chinês, países como a Venezuela têm sido objeto de intenso intercâmbio de pessoal, reuniões de alto nível (defesa e militar) e de visitas do Exército de Libertação Popular da China (PLA). O estudo desse eixo é complementado com a análise do padrão de transferência de armamentos (balança de capacidades) da China para a Venezuela. Apesar da Rússia ainda ser o principal fornecedor de Caracas, a Venezuela é o principal mercado latino-americano para meios de emprego militar fabricados na China.

Apesar do seu poder militar não estar em evidência na crise da Venezuela, o artigo alerta para o fato de que o engajamento da China naquele país e na região é orientado por um planejamento de longo prazo, conduzido por uma Grande Estratégia coerente. Embora não objetive substituir o peso e a relevância dos Estados Unidos no Hemisfério Americano, Pequim incorpora a América Latina e Caribe à sua estratégia de inserção global. Para o Brasil, essa tendência apresenta oportunidades para melhor barganhar acordos e acesso a recursos socialmente valorizados, como tecnologias; tal como desafios, no tocante à possível perda de espaço de manobra e liberdade de ação em seu entorno estratégico imediato.

Postura Estratégica da China

Na conjuntura atual, a competição entre Estados Unidos e aliados (Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN), Rússia e China transcende as arenas tradicionais da Europa e Ásia para a América Latina e Caribe. Embora distante dos grandes centros de tensão internacional, países do entorno estratégico brasileiro têm se tornado, nas últimas décadas, integrantes do tabuleiro internacional. Esse contexto impõe uma realidade na qual grandes potências agem com distintos graus de liberdade em áreas de interesse estratégico do Brasil. De forma a aportar subsídios para o entendimento da conjuntura estratégica e da geopolítica

contemporânea, tal como para a formulação e aperfeiçoamento de cenários prospectivos, o presente artigo se dedica a análise da atuação da China na América Latina e Caribe. Para tal, o artigo se estrutura a partir do recorte sobre a atuação do país asiático no contexto da crise da Venezuela.

Os primeiros anos do século XXI assistiram a China adentrar numa nova etapa de sua reinserção internacional. A sua política tornou-se global, apoiada, expressivamente, pela marcante posição entre as maiores economias globais, pela ascensão como importante pólo tecnológico e pelo seu papel central nas cadeias globais de valor. Não obstante se destacar como uma potência asiática, cujos espaços de expansão centrais

são o extremo oriente e o Oceano Índico, a China tem se tornado, cada vez mais, um ator essencial para entender a geopolítica e geoeconomia da América Latina e Caribe. Enquanto que no início da presente década o governo Obama adotou a estratégia do *Rebalancing to Asia*, a qual visava engajar países asiáticos banhados pelo Pacífico, no sentido de impedir a conformação de uma ordem econômica sino-cêntrica na Ásia, o governo Trump adota uma estratégia diferente (TEIXEIRA JÚNIOR, 2018). Nos marcos da atual guerra comercial, o nacionalismo econômico de Washington tem ampliado os espaços de projeção chinesa, não apenas na Ásia, como também nas Américas. Conforme aponta Ellis (2017), a presença chinesa na América Latina e Caribe ultrapassa a dimensão econômica e comercial. Atualmente, é possível afirmar que a atuação da China na região produz efeitos no campo geopolítico e estratégico militar, como exemplificado por sua destacada atuação na crise da Venezuela

De acordo com o *Strategic Survey* (IISS, 2018a), apesar dos Estados Unidos ainda serem o maior parceiro comercial da América Latina e Caribe como um todo, a China figura em segundo lugar e desde 2015, é o maior parceiro da América do Sul, focada, principalmente, na aquisição de *commodities*. Ilustrativo das dimensões da presença econômica chinesa é a estimativa de que o comércio entre a China e América Latina e Caribe fosse estimado em cerca de 244 bilhões de dólares em 2017, sendo previsto atingir a marca de 500 bilhões de dólares até 2024 (IISS, 2018a).

Em sintonia com a avaliação de autores como Ellis (2017) e Niu (2015), entendemos que os objetivos chineses na América Latina e Caribe não são principalmente econômicos, mas estratégicos. A região é uma das principais produtoras de *commodities*, com destaque para grãos, proteína animal, gás e petróleo, insumos fundamentais para sustentar o acelerado processo de desenvolvimento chinês. Outro dado relevante é que os países da região são nações em desenvolvimento, demandantes de

investimentos externos diretos e empréstimos que, por sua vez, constituem mercados interessantes para produtos e serviços chineses. Por último e não menos relevante, o engajamento chinês de países latino-americanos permite à Pequim reconfigurar o ambiente econômico regional previamente dominado por seu competidor estratégico global, os Estados Unidos. Nesse sentido, a crise da Venezuela apresenta um balanço de riscos e oportunidades para a estratégia chinesa nas Américas.

Antes de empreendermos a análise da presença chinesa na Venezuela, é importante explorar qual o papel que a América Latina cumpre na Grande Estratégia de Pequim. Embora o sistema político chinês seja altamente centralizador na figura político-burocrática do Partido Comunista Chinês, a figura do presidente Xi Jinping traz novos traços à inserção global do país. Dentre esses, a ideia de Rejuvenescimento Chinês, ou Sonho Chinês – ideias-força de sua Grande Estratégia – conectam a América Latina à visão de futuro de Pequim. O Sonho de Rejuvenescimento da Nação Chinesa (CHINA, 2016) prevê que o país se torne uma nação moderadamente próspera até 2020 e um país socialista moderno, próspero e forte até 2049 (ELLIS, 2017). Assim, a América Latina é uma região de interesse para a consecução dos objetivos chineses, não apenas a Venezuela – com um papel a desempenhar na sua Grande Estratégia. Dessa forma, como a China percebe a América Latina e Caribe em sua Grande Estratégia e visão geopolítica?

Em abril de 2009, durante a presidência de Hu Jintao, foi lançado o primeiro Livro Branco sobre Política Chinesa para a América Latina e Caribe. Importante marco na definição de linhas de ação e prioridades de Pequim para a região, o documento destaca a possibilidade da cooperação da China com países latino-americanos em questões como paz, segurança e assuntos jurídicos. Ademais, previa ações que fomentassem intercâmbios e cooperação militar, tais como visitas mútuas, exercícios militares, treinamento de pessoal e operações

de paz. Dentre as áreas previstas para cooperação chinesa na região, destacamos a intenção de que,

“o lado chinês, de acordo com as suas capacidades, continuará a proporcionar assistência para o desenvolvimento dos exércitos [Forças Armadas] de países latino-americanos e caribenhos”¹ (CHINA, 2009, p. 08) [tradução nossa].

Embora já mencionasse a possibilidade de cooperação militar em 2009, é importante salientar que a Política chinesa para a América Latina e Caribe enfrentava um cenário em que Estados Unidos, países da OTAN e Rússia constituíam em grande medida os principais fornecedores de material de defesa para os países da região, destacadamente Venezuela e Colômbia.

Com o início da presidência de Xi Jinping em 2013, a tônica da inserção global chinesa tornou-se cada vez mais evidente, com importantes rebatimentos geopolíticos e econômicos para a América Latina. Inclusive, em discurso proferido em Brasília em 2014, o presidente chinês afirmou que o “Sonho Chinês” e o “Sonho Latino Americano” estavam intimamente ligados (JINPING, 2014; IISS, 2018a). Ou seja, não apenas a América Latina tinha um lugar especial na Grande Estratégia Chinesa, como a articulação entre o país asiático e a região seria mutualmente benéfica². Essa perspectiva foi desenvolvida e explicitada em documento oficial, pouco tempo depois. Em 2016 foi publicada a segunda versão da Política da China para América Latina e Caribe (CHINA, 2016). O documento é assertivo em apontar o

ano de 2013, mesmo ano da posse de Xi Jinping como premiê, como marco do adensamento de medidas para fortalecer as relações da China com a região. Dentre as iniciativas, se destacava a criação do Fórum China-CELAC. Surgido em 2010, o grupo contribuiu para institucionalizar as relações sino-latino-americanas, ao passo que é visto como importante plataforma para cooperação bilateral³ (IISS, 2018a, p. 358).

Na *Política* (CHINA, 2016) se reconhece que a quadratura histórica era caracterizada por mudanças importantes, impulsionadas pelos processos de globalização e de conformação multipolar da ordem global. Por sua vez, a mudança na distribuição global de poder e suas facetas no campo econômico eram percebidas como articuladas aos desafios tradicionais e não-tradicionais de segurança. A defesa da paz e da estabilidade internacional era apontada como fundamental para a continuação da promoção do desenvolvimento chinês, elemento central de sua Grande Estratégia, como se verá na citação a seguir,

“China has entered a crucial stage in achieving the great rejuvenation of the Chinese nation. In order to fulfill the ‘two centenary goals’ of building a moderately prosperous society in all respects by 2020 and turning the nation into a modern socialist country that is prosperous, strong, democratic, culturally advanced and harmonious by the mid-21st century, China has been actively promoting the construction of a socialist market economy, socialist democracy, advanced culture, a harmonious society, as well as ecological civilization.” (CHINA, 2016)

¹ “The Chinese side will, as its ability permits, continue to provide assistance for the development of the army in Latin American and Caribbean countries.” (CHINA, 2009, p. 08).

² A ênfase chinesa no caráter mutualmente benéfico da cooperação é parte de sua tradição de política externa, conhecida como os chamados “Cinco Princípios”. São eles: respeito mútuo no tocante à integridade territorial e soberania; não-agressão mútua; não-interferência mútua nos assuntos domésticos; equidade e cooperação para benefício mútuo e coexistência pacífica (PANDA, 2014).

³ A primeira reunião ministerial do Fórum China-CELAC se deu em Pequim, em janeiro de 2015. Na ocasião foi lançado o Plano de Cooperação China-Países Latino Americanos e Caribenhos para o período de 2015-2019 (BRASIL, 2015). A segunda reunião de Ministros de Relações Exteriores da Comunidade de Países Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a República Popular da China ocorreu em Santiago (Chile), em janeiro de 2018. Entre os resultados, se deu o lançamento do Plano de Ação Conjunta em Áreas Prioritárias, para o período 2019-2021 (BRASIL, 2018).

Para a realização desses objetivos, a atuação internacional de Pequim teria como marco uma política externa independente e pacífica, a promoção de outro tipo de relações internacionais - tendo como núcleo a cooperação do tipo ganha-ganha⁴ - a partir da qual se forjaria uma comunidade de futuro compartilhado. Segundo essa visão, o crescimento chinês não poderia se dar sem o desenvolvimento de outras nações, incluindo aí os países latino-americanos e caribenhos (CHINA, 2016). Essa idéia de desenvolvimento, conforme se denota no documento em tela, não diz respeito apenas à perspectiva econômica, mas sim a um conjunto de potencialidades nacionais, dentre as quais o poder militar. Assim como a Política da China para a América Latina e Caribe, na versão de 2016, assinala que o intercâmbio e a cooperação militar estão listados entre as áreas de interesse de Pequim para com a região, inclusive no adensamento da cooperação e do comércio de meios de emprego militar e tecnologia.

A América Latina recebeu expressiva atenção na Grande Estratégia chinesa, especialmente com o surgimento do conceito de “1+3+6” como orientador do engajamento de Pequim na região (NIU, 2015). De acordo com Jinping (2014), o “1” significa um único plano, em que os dois lados (China-CELAC) deveriam desenvolver o Plano de Cooperação Sino-América Latina e Caribe (2015-2019) para atingir o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentado. O número “3” significa “três motores”, são eles: comércio, investimento e cooperação financeira. Por fim, o número “6” diz respeito às “seis áreas” foco da cooperação entre a China e a região. Seriam elas: energia e recursos, construção de infraestrutura, agricultura, manufatura, ciência e inovação tecnológica e tecnologias de informação.

Numa interpretação crítica do conceito de “1+3+6”, Ellis (2017) afirma que o “1” a que Jinping (2014) se refere como “um só plano” acentua a natureza unificada das

⁴ Na linguagem da teoria dos jogos, jogo de soma positiva.

iniciativas de engajamento chinês na região, nas esferas política, militar e econômica. Observe-se que o supracitado conceito engloba uma ampla agenda de cooperação entre a China e a região, que além de perpassar a dimensão militar e de segurança – embora não prioritária no momento – teria a capacidade de ajudar a Pequim moldar o ambiente econômico e geopolítico regional nas próximas décadas. A seguir analisamos o norte dos interesses chineses em sua aproximação com a América Latina, à luz da sua atuação do país asiático na crise da Venezuela.

Os interesses de primeira ordem da China em relação à Venezuela estão concentrados no setor de energia. A geopolítica energética dialoga, profundamente com a dinâmica de preços do barril de petróleo no mercado internacional e as crises e os conflitos armados vetores de pressão sobre os mencionados preços, e sobre a oferta da *commodity*. Nesse sentido, as tensões entre Estados Unidos e Irã no Oriente Médio, tal como a disrupção temporária na oferta por parte de Canadá, Líbia, Nigéria e Venezuela tendem a pressionar o mercado energético global (IISS, 2018a). A título de comparações, a China - que é um dos maiores importadores do petróleo iraniano - já prepara medidas diante de uma possível redução da oferta por parte de Teerã. O gigante asiático se mantém desafiando as sanções impostas pelos Estados Unidos ao Irã. Age em razão da necessidade de marcar posição no contexto de sua emergência geopolítica, como também em proveito de sua segurança energética (IISS, 2018a).

A Venezuela, ainda que assolada por uma grave crise, detém o potencial relevante como importante ator no mercado global de petróleo. Não obstante a recente redução da produção de barris petróleo o país caribenho (IISS, 2018a), possui a maior reserva mundial comprovada, o que configura um possível ativo a ser garantido num contexto de incerteza sobre a oferta de energia. A crise tem afetado, em cheio, a capacidade do país sul-americano na produção de petróleo, incorrendo na redução de 3,5 milhões de

barris/dia, em 1998, para um patamar inferior a 1,3 milhões de barris/dia em julho de 2018 (IISS, 2018a, p. 49). Nos últimos anos, a produção venezuelana tem sido destinada ao consumo doméstico e ao pagamento de débitos junto à China e à Rússia (RTE, 2019), tendo chegado a situações extremas de importar petróleo russo para honrar compromissos de fornecimento de óleo a preços subsidiados para Cuba. Atualmente, a China é o maior credor estrangeiro da Venezuela (IISS, 2018a). A crescente dependência de Caracas junto aos investimentos e empréstimos por parte de Pequim e Moscou contribui muito para a explicação sobre os interesses chineses na Venezuela e no desenrolar de sua crise doméstica.

Enquanto o governo dos Estados Unidos acusa a China e a Rússia de sustentarem o governo Maduro (SELIGMAN, 2019), faz-se relevante entender que o volume investido por ambos os países na Venezuela e o conjunto de interesses em risco – potencializado pelo colapso do regime atual – são expressivos. Assim sendo, qualquer mudança de regime na Venezuela que não assegure a continuidade dos interesses sino-russos no país não é bem-vinda por parte do tandem eurasiático (IISS, 2018a). A posição chinesa de apoio pragmático ao regime de Caracas é exemplificada por Labrador (2019), ao afirmar que,

“While Beijing has continued its support for Maduro in recent years, its loyalty largely depends on Caracas’s capacity to pay its debts. In recent years, China has grown increasingly wary of Venezuela defaulting on its payments, and it has opened communication channels with the opposition. Even so, China—which, like Russia, has a permanent seat on the Security Council—objects to UN intervention in Venezuela’s political affairs.

Apesar do risco enfrentado, analistas como Ellis (2018) estimam que, com a resolução da crise Venezuelana, as companhias chinesas irão emergir com um controle substantivo dos campos de petróleo

do país caribenho. A variável tempo é um fator essencial para a estratégia chinesa na busca por seus interesses na Venezuela. Assegurar um fornecedor crível de petróleo no futuro, não obstante os percalços na oferta nos últimos anos, não apenas garante a oferta da *commodity* para Pequim como tenderá a movimentar o seu próprio parque petroquímico, em especial na área de refino. Tão importante quanto é a prevista atuação chinesa na construção de infraestrutura energética – gasodutos e oleodutos – na Venezuela e demais países da região, direcionando a oferta em favor do país asiático (ELLIS, 2018). Como exemplo da relevância da China para o governo da Venezuela, entre 2015 e 2017, a China emprestou um total de 62,2 bilhões de dólares para a Venezuela, voltados fundamentalmente para as áreas de infraestrutura, mineração, energia e outros setores. Por sua vez, em 2017, as exportações da Venezuela para a China foram de combustíveis minerais (94%), óleos (4%) e químicos orgânicos (1%) (IISS, 2018a).

No contexto em que Caracas exportava aproximadamente 500 mil barris de petróleo/dia para companhias dos Estados Unidos, o atual embargo dos Estados Unidos ao petróleo venezuelano, como parte de uma estratégia mais ampla de pressão contra o governo de Nicolas Maduro, tende a aumentar ainda mais a relação de dependência da Venezuela junto à China e a Rússia (RTE, 2019). Por exemplo, em 2017, companhias chinesas adquiriram cerca de 25% de todo petróleo cru produzido pela Venezuela (RTE, 2019). Para Seligman (2019) a aludida dependência em relação à China se estrutura na relação de empréstimos por petróleo. Para a autora, desde 2007, uma parte substantiva do intercâmbio de investimentos sino-venezuelano configura essa classificação, chegando, em 2014, a um valor superior a 30 bilhões de dólares em empréstimos voltados à produção de petróleo.

Um segundo conjunto de interesses que liga fortemente a China à América Latina e Caribe, em particular com a Venezuela, se situa na questão de infraestrutura e logística. Desde 2005, bancos e agências chinesas

desembolsaram mais de 150 bilhões de dólares em empréstimos para a região, em sua maior parte para ações de infraestrutura e energia (IISS, 2018a). Mais da metade dos projetos tiveram como destino a Venezuela, Brasil, Argentina e Equador. Entretanto, um dos pontos que mais chama atenção sobre o engajamento chinês na Venezuela e região é a inclusão da América Latina e Caribe como parte da Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*). Segundo o ISS, (2018a),

“In January 2018, the Chinese authorities formally invited LAC to participate in the Belt and Road Initiative (BRI) – a grand plan of massive infrastructure projects funded by China – despite the region being nowhere near Eurasia, the original geographical area of the project. Some China-funded infrastructure projects in LAC have already been rebranded to make them part of the BRI, including a railway that will run parallel to the canal in Panama, with more expected to come.” (IISS, 2018a, p. 358).

De acordo com Seligman (2019), o Comando Sul dos Estados Unidos lista 17 países latino-americanos – de um total de 31 – que aderiram à Iniciativa do Cinturão e da Rota. Desses, 23 hospedam projetos de infraestrutura liderados pela China. Somadas às iniciativas no campo energético e de infraestrutura, o engajamento chinês na região possui desdobramentos geopolíticos. Na conjuntura da crise comercial entre China e Estados Unidos, a aproximação de Pequim na área de influência dos Estados Unidos pode catalisar a competição geopolítica sino-americana (IISS, 2018b). Apesar da maioria dos países signatários do memorando de entendimento para o ingresso na Iniciativa do Cinturão e Rota serem pequenos países da América Central e Caribe, ao lado de Venezuela, Equador e Bolívia, a inclusão da região na iniciativa chinesa postula reorganizar o ambiente geoeconômico regional à luz dos interesses de Pequim, em detrimento daqueles dos Estados Unidos. Como resultante desse processo, tal como hodiernamente ocorre com a Venezuela, segmentos relevantes da América Latina e

Caribe poderão ser tragados para a órbita econômica chinesa.

Embora não tão aparente ou em destaque como as iniciativas de aproximação chinesa no campo energético e de infraestrutura, um terceiro conjunto de interesses de Pequim com a Venezuela está nas potencialidades da região para o balanceamento aos Estados Unidos, tal como para a transferência de armas e exercer atividades de diplomacia militar na região.

Discordando dessa vertente de interpretação, autores como Niu (2015) argumentam que o engajamento chinês da América Latina e Caribe à luz do conceito de 1+3+6, é uma continuação da *going out strategy*. Para o autor, um traço característico da estratégia chinesa de inserção e engajamento regional consiste em, de um lado, criar parcerias robustas com importantes economias regionais, como ilustrado pelo interesse de ampliação das parcerias na Iniciativa do Cinturão e Rota; e por outro, evitar estimular a rivalidade estratégica com os Estados Unidos. Não obstante os cuidados de Pequim para não antagonizar com a posição dos EUA na América Latina e Caribe, evidenciado pelo baixo perfil militar exibido na região por parte de Pequim, existe nos Estados Unidos a percepção de que o engajamento chinês na região configura, entre outras coisas, uma iniciativa de balanceamento ao poder americano com possíveis desdobramentos militares negativos para Washington. Autores como Ellis (2018) argumentam que, em cenários extremos, países latino-americanos – em particular Cuba, Venezuela e Bolívia – poderão ceder portos, bases aéreas ou outras instalações nacionais para o Exército de Libertação Popular da China (PLA).

Apesar da afirmação de Ellis (2018) se basear num futuro possível, existem bases materiais na atualidade que ensejam a plausibilidade desse cenário. Conforme explicitado pelo *Strategic Survey* (IISS, 2018a), paulatinamente a China aumenta a sua presença e papel militar na América Latina e Caribe. Na porção setentrional da

América do Sul, destacam-se as transferências de armamentos para governos como da Venezuela⁵ e Bolívia. Na porção austral da região, mais precisamente na Patagônia argentina, a instalação do já operacional centro de comando e controle espacial e de satélites dá indícios de que a presença militar chinesa na região, embora pequena, tende a crescer. A utilização de instalações situadas em países da América do Sul, objetivando atender ao programa espacial chinês, é visto com desconfiança pelos Estados Unidos. Tal situação é alimentada pela oportunidade de viabilizar o monitoramento - e eventual ataque - das satélites norte-americanas e dos seus aliados (SELIGMAN, 2019). Outro ponto que vale considerar são os esforços de Pequim em potencializar a sua arquitetura espacial – em particular o seu sistema de posicionamento global – através do Beidou na América Latina (ELLIS, 2017).

O panorama geopolítico da competição sino-americana contribui para produzir uma interpretação mais fiel sobre a relevância da Venezuela e região, para além dos vetores de comércio e investimentos. Conforme observado, não obstante o baixo perfil militar preconizado por Pequim, a competição sino-americana se estende para a América Latina e Caribe, tendo na Venezuela em crise o seu principal epicentro. Embora a atuação chinesa na Venezuela e região ainda não possa ser percebida como ameaça interesses vitais a segurança nacional dos EUA no Hemisfério, a China poderá construir na região importantes plataformas para se projetar contra os Estados Unidos no futuro (ELLIS, 2017; SELIGMAN, 2019).

Estratégia e Poder Militar Chinês Na Venezuela

Conforme analisado na seção anterior, a China se projeta de forma multidimensional para a América latina e Caribe, sendo o caso da Venezuela o de maior vulto, fora da alçada

⁵ Baseando-se em informações do *U.S. Southern Command*, Seligman (2019) afirma que nos últimos 10 anos Pequim vendeu mais de 615 milhões de dólares em armamento para a Venezuela.

de temas como comércio, investimento e infraestrutura. Entretanto, demonstramos que as motivações chinesas, apesar de estratégicas, têm como dimensões preponderantes o interesse econômico e a segurança de seus investimentos, assim como o suprimento de *commodities*. Por sua vez, o tabuleiro estratégico latino-americano também é utilizado por Pequim como instrumento de produção de efeitos em seu tabuleiro principal: o Leste Asiático. Um dos mecanismos essenciais para esse fim é o uso da diplomacia militar associada à transferência de armas.

Ao apresentar a visão da China sobre parcerias cooperativas e compreensivas, o Livro Branco de Política para a América Latina e Caribe deixa claro que o princípio de uma só China é um fundamento essencial para o desenvolvimento das relações do país ao redor do globo (CHINA, 2016). De forma mais detida, o documento e as iniciativas chinesas de cooperação com países da CELAC têm buscado, entre outros efeitos, contribuir para o reconhecimento da China continental, buscando promover o isolamento internacional de Taiwan (ELLIS, 2017; IISS, 2018b).

Para além dos benefícios no campo econômico e comercial, prometidos pela China aos países da região que agirem em consonância com esse princípio, também são promovidos ganhos no campo militar. No documento voltado a orientar o seu engajamento junto à América Latina (CHINA, 2016) são citados, nominalmente, a aproximação nas seguintes áreas: intercâmbio entre líderes nas áreas militar e de defesa, fortalecimento do diálogo e construção de mecanismos de consulta, condução de intercâmbios, visitas de delegações e a navios de guerra; aprofundamento de trocas profissionais em campos de treinamento militar e de pessoal, operações de paz da ONU, tal como ações de cooperação para ajuda humanitária, contraterrorismo e outras áreas de segurança não-tradicional. Por fim, são incluídas, entre as áreas de cooperação, o comércio de equipamentos de tecnologia militar.

O tema da presença da China nas Américas não aparece apenas nos documentos voltados à região, como os livros brancos de Política da China para a América Latina e Caribe, mas também está refletida no seu Livro Branco de Estratégia Militar (CHINA, 2015). Em sintonia com os demais documentos supracitados, a *Estratégia* reforça o entendimento de que a realização do Sonho Chinês do Grande Rejuvenescimento Nacional passa pela defesa das condições da ordem internacional que favorecem a ascensão chinesa.

À luz da concepção de *desenvolvimento pacífico*, as Forças Armadas chinesas são percebidas por Pequim como vetores da manutenção da paz mundial. Apesar do presente posicionamento parecer genérico, ele denota uma postura estratégica defensiva em que o emprego de força militar não é percebido como primeira opção para a realização de objetivos internacionais de Pequim (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019). Como apresentado no Documento de Política da China para América Latina e Caribe (CHINA, 2016), na Estratégia Militar (CHINA, 2015) a defesa da cooperação e da interdependência é defendida como mecanismos de garantia da paz, do desenvolvimento e da cooperação mútua no contexto em que eram percebidas tendências a favor da multipolaridade e da globalização. Apesar de não visualizar em seu horizonte próximo a eminência de uma guerra mundial, a *Estratégia* concebe a intensificação da competição pela redistribuição de poder, direitos e interesses na arena internacional.

Se as iniciativas políticas, econômicas e de infraestrutura contribuem para moldar o ambiente de segurança chinês em seu processo de ascensão global, o poder militar também cumpre um relevante papel na Grande Estratégia de Pequim (ALLEN, SAUNDERS, CHEN, 2017; ELLIS, 2017; CHAN, 2018; LAGUE, 2019). Na conjuntura internacional em que multipolaridade e globalização constituem desafios de mudança e adequação da ordem internacional, Pequim vê na cooperação militar e de segurança um componente relevante de sua Estratégia

Militar. Para a China, entre os atores que se destacam para a cooperação militar, a Rússia é o primeiro país a ser citado nominalmente. Em concordância com a postura defensiva chinesa, os Estados Unidos surgem como o segundo país citado no documento. A *Estratégia* prevê um novo modelo de relações entre as forças armadas chinesas e estadunidenses, nos marcos do que Pequim chama de relacionamento entre grandes países (*major-country relationship*). A ênfase aqui recai na criação de mecanismos de confiança mútua (CBM), fortalecimento do diálogo em matéria de defesa, intercâmbio e cooperação militar. Infere-se que a preocupação de curto prazo diz respeito ao estabelecimento de confiança mútua, objetivando a evitar riscos e a gerenciar possíveis crises. Os países vizinhos da China surgem em terceiro lugar, seguidos das contrapartes europeias. Por último⁶, África, América Latina e as contrapartes do Sul do Pacífico são mencionados como parceiros de interesse chinês para a cooperação militar e de segurança.

Representativo da hierarquização percebida acima, a relevância do seu entorno estratégico imediato para a sua Grande Estratégia é bem exemplificada em publicação do *People's Daily* – publicação oficial do Partido Comunista Chinês – ao listar os principais destaques da diplomacia militar do país em 2018.

QUADRO 1: Principais destaques da diplomacia militar da China, 2018.

⁶ O documento também engloba em seu escopo de parceiros para cooperação organismos internacionais, tais como a Organização de Cooperação de Xangai e distintos fóruns de defesa e segurança da ASEAN, entre outros (CHINA, 2015).

| | |
|--------|--|
| No. 1 | Cooperação em Defesa entre os membros da Organização de Cooperação de Xangai |
| No. 2 | Fórum Xiangshan de Pequim |
| No. 3 | Primeira Participação em exercício militar russo (Vostok) |
| No. 4 | Cooperação pragmática China-EUA (exercício conjunto de alívio de desastres) |
| No. 5 | Cooperação em defesa e segurança China-Asean |
| No. 6 | Tratamento médico oferecido por equipes médicas da PLA no Laos |
| No. 7 | Boa pontuação nos Jogos Internacionais de Exércitos em 2018 |
| No. 8 | Cooperação em defesa e segurança China-África |
| No. 9 | Festival de Bandas Militares “Chifre da Paz” |
| No. 10 | Missão de escolta naval da China atinge uma década |

Fonte: People’s Daily Online (2018).

A hierarquia de prioridades no tocante aos países-alvo da diplomacia militar chinesa é melhor avaliada à luz dos números de suas interações diplomáticas militares por região geográfica, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 2: Interações de Diplomacia Militar do Exército de Libertação Popular da China, 2003-2016.

| Região Geográfica | Exercícios Militares | Escalas Navais | Reuniões de Alto Nível | Total | % do total das interações |
|-------------------|----------------------|----------------|------------------------|-------|---------------------------|
| Ásia | 204 | 105 | 842 | 1151 | 41,3 |
| Europa | 51 | 33 | 543 | 627 | 22,5 |
| África | 13 | 22 | 259 | 294 | 10,6 |
| América do Sul | 8 | 12 | 201 | 221 | 7,9 |
| Oriente Médio | 10 | 76 | 113 | 199 | 7,2 |
| América do Norte | 27 | 13 | 130 | 170 | 6,1 |
| Rússia | 38 | 4 | 81 | 123 | 4,4 |

Fonte: “PLA Military Diplomatic Interactions by Geographic Region, 2003-2016 (ALLEN, SAUNDERS, CHEN, 2017, p. 46). i.e: Escalas Navais = *Naval Port Calls*.

Os dados do QUADRO 2 asseveram uma convergência entre as prioridades implícitas na *Estratégia* (CHINA, 2015) em relação a atuação chinesa no campo da diplomacia militar. Não obstante a crise da Venezuela, na qual a participação de Pequim é objeto de debate e preocupação por parte dos Estados Unidos (ELLIS, 2017, 2018; SELIGMAN, 2019), entre 2003 e 2016 a América do Sul respondeu apenas por 7,6%

de todas as interações militares⁷ do Exército de Libertação Popular da China ao redor do globo. Por sua vez, a região figura em terceiro lugar no quesito de visitas de alto nível⁸. Entre 2003 e 2016 a quantidade de visitas de alto nível para a América do Sul (50) só ficou atrás de regiões como Ásia (143) e Europa (114) (ALLEN, SAUNDERS, CHEN, 2017, p. 49). Individualmente, os países que mais receberam visitas do PLA no período foram Rússia (36), Estados Unidos (24) e Cuba (15) (ALLEN, SAUNDERS, CHEN, 2017, p. 50). A Venezuela não figurou entre os 10 primeiros países nesse quesito.

Apesar de não figurar como destaque em visitas do PLA, a América do Sul foi objeto de 201 reuniões de alto nível na área de defesa, das quais 107 se deram na região e 94 na China, demonstrando assim um grau de equivalência quanto ao interesse recíproco (ALLEN, SAUNDERS, CHEN, 2017, p. 50). Contudo, entre os países latino-americanos, tal como Cuba, a Venezuela se destaca como tendo tido mais ênfase em reuniões de alto nível com Pequim (ALLEN, SAUNDERS, CHEN, 2017, p. 51; IISS, 2018a). Um dos fatores que podem ajudar a entender essa aproximação com Caracas é o fato de que, apesar das exportações de armamentos da China para a região não serem expressivas, a Venezuela é o seu principal mercado (IISS, 2018c). Outro dado interessante sobre a aproximação entre China e Venezuela está ligado à participação de ambos em exercícios e treinamentos militares.

No marco temporal acima listado, a interação mais significativa – presença de forças armadas chinesas na região – deu-se com a Venezuela. Entre 2003 e 2016, de toda interação em diplomacia militar entre China e Venezuela, 27,3% foram em exercícios militares, ou seja, mais de ¼ (ALLEN, SAUNDERS, CHEN, 2017, p. 52). No período, ocorreram três exercícios militares sino-venezuelanos e oito reuniões de alto

⁷ Dentre essas estão listados exercícios militares, escalas navais [em portos amigos] e reuniões de alto nível.

⁸ Notar que tem diferença entre *Senior level meetings* e *Senior level visits*.

nível (ALLEN, SAUNDERS, CHEN, 2017, p. 64). Por exemplo, em 2011, tropas da Força Aérea do PLA participaram de treinamentos combinados em contraterrorismo em áreas urbanas na Venezuela (ALLEN, SAUNDERS, CHEN, 2017, p. 46). Mais recentemente, no ano de 2019, o PLA conduziu um voo humanitário em auxílio ao governo Nicolas Maduro (RT, 2019). Em 2013, uma flotilha naval chinesa cruzou o Pacífico e conduziu operações de combate com a marinha e força aérea chilena, cruzou o estreito de Magalhães e visitou portos na Argentina e Brasil (ELLIS, 2017).

Outra dimensão relevante da diplomacia militar chinesa na Venezuela e região diz respeito à sua participação na composição de capacidades militares. Como disposto nos documentos orientadores do engajamento chinês na região (CHINA, 2009, 2015, 2016), a diplomacia militar de Pequim tem outros destinos para além de Caracas. Listamos a seguir uma série de iniciativas que reforçam o entendimento da implementação do conceito de 1+3+6, especialmente o número “1”, na conexão entre o plano político, militar e econômico da China para a América Latina (NIU, 2015; ELLIS, 2017).

Na região do Caribe, a China doou equipamentos para Antígua e Barbados e Trinidad y Tobago, tendo previsto com este último a realização de treinamentos conjuntos (IISS, 2017). Apesar da cooperação com a China se dar em menor escala do que aquela com a Rússia, Cuba mantém laços militares com Pequim, essencialmente nas áreas de treinamento e intercâmbio de pessoal (IISS, 2019). Na América Central, países como a Costa Rica têm se apoiado para a modernização de suas forças de segurança em doações de equipamentos militares por parte da China e Estados Unidos (IISS, 2019). Por sua vez, El Salvador é um bom exemplo dos frutos da troca no reconhecimento de Taiwan pela China Continental. Como resultado da ação político-diplomática, doações de equipamentos militares provenientes de Taiwan foram abortados (IISS, 2019), possivelmente substituídas por doações e transferências chinesas. Na América do Sul, a

China continua sendo um importante fornecedor de material militar para a Bolívia (IISS, 2019). Com o Equador, o país asiático assinou acordos de cooperação em defesa (IISS, 2019). Pequim também possui acordos bilaterais com a Guiana, onde são previstos treinamentos e equipamentos militares. Com o Suriname, a China tem sido – ao lado de Brasil, Índia e Estados Unidos – um importante fornecedor de equipamentos militares (IISS, 2019).

Como se observa, a diplomacia militar chinesa se estende por toda América Latina e Caribe. Entretanto, como exemplificado pelo perfil de suas aquisições militares nos últimos anos, a Venezuela é um caso especial da presença chinesa na região.

QUADRO 3: Transferência de Armas da China para a Venezuela (2000 a 2018).

| Designação | Descrição | Ano de Entrega | Quantidade entregue |
|--------------------|---------------------------------------|----------------|---------------------|
| JYL-1 | Radar de busca aérea | 2006-2007 | 3 |
| JYL-1 | Radar de busca aérea | 2008-2009 | 7 |
| JY-11 | Radar de busca aérea | 2010-2011 | 3 |
| K-8 Karakorum-8 | Aeronave de treinamento/c ombate leve | 2010 | 18 |
| PL-5E | Míssil Ar-Ar de curto alcance | 2010 | 100 |
| Y-8 | Aeronave de transporte | 2012-2014 | 8 |
| Red Arrow-73 | Míssil antitanque | 2015 | 250 |
| SM-4 81mm | Morteiro autopropulsado | 2014-2015 | 18 |
| Type-07P/VN-1 | IFV | 2014-2015 | 40 |

| | | | |
|--------------------|---------------------------------------|-----------|-----|
| VN-4 | APV ⁹ /APC ¹⁰ | 2013-2015 | 121 |
| ZBD-05/VN-18 | IFV | 2015 | 25 |
| ZTD-05/VN-16 | Carro de combate leve | 2015 | 25 |
| K-8 Karakorum-8 | Aeronave de treinamento/c ombate leve | 2016 | 9 |
| C-802/CSS-N-8 | Mísseis anti-navio | 2017 | s/d |
| SRS | Artilharia MRL 18 220mm | 2017 | 18 |

Fonte: SIPRI (2018), IISS (2017, p. 478). s/d = sem dados.

Embora a Rússia configure como o principal fornecedor de equipamentos militares da Venezuela (IISS, 2019), na presente década o país sul-americano aumentou a intensidade de suas transferências de armas junto à China. Caracas adquire de Pequim desde plataformas militares mais simples, como veículos blindados de transporte de pessoal, até meios mais complexos como radares, mísseis antitanque e anti-navio (ELLIS, 2017; SIPRI, 2018c). Com isso, Caracas logra possuir relevantes capacidades localizadas de anti-acesso e negação de área. De acordo com o IISS (2018, p. 424), o país possui uma das estruturas de defesa antiaérea mais capazes da região. Entretanto, parte expressiva do conjunto de meios listados anteriormente corresponde a aquisições feitas antes de 2015 (IISS, 2017), ano no qual a crise Venezuelana se acentuou enormemente. Para além do problema da continuidade de sua modernização de meios, abordaremos a seguir um conjunto de óbices potencializados pela crise da Venezuela.

As análises do *International Institute for Strategic Studies* apontam para três problemas relacionados à cooperação sino-venezuelana no campo militar. Primeiramente, são apontadas limitações logísticas e de pós-venda no contexto de

⁹ *Armored Patrol Vehicle* (Veículo Blindado de Patrulha).

¹⁰ *Armored Personnel Carrier* (Veículo Blindado de Transporte de Pessoal).

agravamento da crise no país sul-americano (IISS, 2019). Um segundo problema consistiria no baixo nível de prontidão operacional dos sistemas de armas provenientes da China e da Rússia. Isto se daria seja pela dificuldade no fornecimento de peças sobressalentes, tal como por deficiências na manutenção técnica por parte das Forças Armadas Bolivarianas (IISS, 2018, p. 380). Em terceiro lugar, a orientação das aquisições de equipamentos tem mudado nos últimos anos. De acordo com o IISS (2018c), Caracas tem reduzido os recursos alocados na aquisição de novos armamentos convencionais, priorizando nos últimos anos equipamentos para segurança interna, como armas para controle de distúrbio. Nesse sentido, no quesito modernização de meios, a Guarda Nacional Boliviana estaria sendo mais beneficiada do que os ramos convencionais do poder militar do país.

Como se observa, a tripla crise Venezuela – política, social e econômica – tem afetado a capacidade do país em manter o seu ritmo de modernização de meios de emprego militar (IISS, 2019). Essa afirmação mostra-se evidente quando analisado as formas de custeio das aquisições. Em geral, as aquisições de armamentos da Venezuela são financiadas por dois fundos: *El Fondo Nacional para el Desarrollo Nacional* (FONDEN) e o Fundo Conjunto China-Venezuela (IISS, 2015). O primeiro é estatal e recebe um percentual dos rendimentos do petróleo, o segundo é capitalizado em grande parte pelos empréstimos de Pequim em troca de fornecimento regular de petróleo (IISS, 2015, p. 366). As dificuldades enfrentadas pela PDVSA na produção de petróleo afetam, significativamente, as capacidades do país em sustentar o ritmo de aquisições com base na política de “empréstimos por petróleo” (ELLIS, 2017).

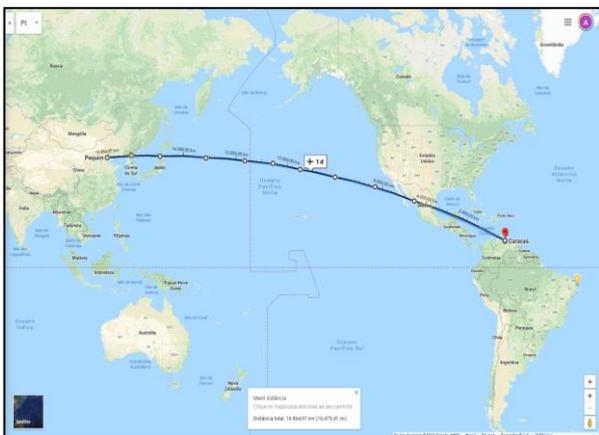
Ao passo que aumenta a cautela de Pequim sobre o risco de insolvência do governo Venezuela, ameaçando os seus investimentos, insere a China no dilema de sustentar não Nicolas Maduro, mas a melhor opção possível que assegure os retornos de seus investimentos no médio e longo prazo. Conforme demonstrado nas seções anteriores,

a presença chinesa na Venezuela e região, apesar de ser marcadamente econômica e comercial, tem um notável componente estratégico caracterizado pela inclusão da América Latina e Caribe em sua Grande Estratégia.

Considerações para o Exército Brasileiro

Não obstante o papel da China seja expressivo na sustentação atual do governo Nicolas Maduro, no curto prazo, as possibilidades chinesas de converter esse apoio em termos de presença militar mais expressiva é constringido por uma série de razões. Primeiramente, apesar de Pequim contar com um número maior de vasos de guerra do que os Estados Unidos (IISS, 2019; LAGUE, 2019), o segundo conta com mais de dez vezes a quantidade do principal vetor de projeção de poder aeronaval: porta-aviões. Esse dado se impõe quando nos voltamos para a geografia e as distâncias que se impõem entre Pequim e Caracas

FIGURA 1: Distância entre Pequim e Caracas.

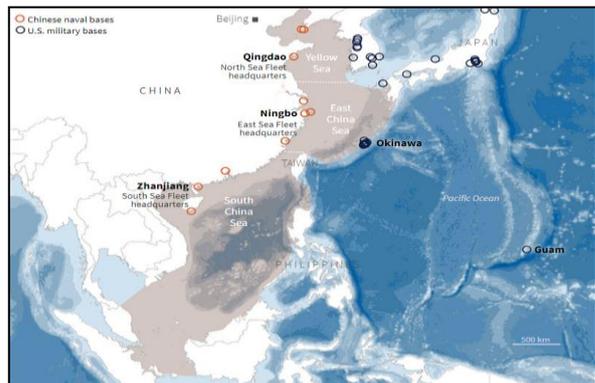


Fonte: Google Maps, Disponível em: <https://bit.ly/32b38yj>, Acesso em: 04 jul. 2019.

A construção de uma presença expressiva da China na Venezuela teria que responder ao desafio de 10 mil quilômetros de distância entre Pequim e Caracas. No contexto em que o Pacífico Norte é dominado pelos Estados Unidos, não obstante o esforço chinês em exercer controle sobre o Canal do Panamá (ELLIS, 2017, 2018), a distância conta a favor de Washington. Outro fator que

deve contribuir para distensionar o receio da presença militar chinesa na Venezuela é a prioridade de Pequim em se projetar, prioritariamente, para o seu entorno estratégico imediato. Um traço marcante dessa predileção é a relevância que os chamados “três mares” (LAGUE, 2019) possuem para a China.

FIGURA 2: Principais Áreas marítimas no Entorno Imediato Chinês.



Fonte: Lague (2019).

Embora classificada como uma potência militar global em emergência, a China ainda luta para cumprir a tarefa geopolítica de estabelecer sua primazia e aumentar a sua liberdade de ação em seus mares próximos. Nos últimos anos, a sua projeção de poder militar mais ambiciosa deu-se no Oceano Índico, mais precisamente na região do Chifre da África.

FIGURA 3: Base Naval Chinesa no Oceano Índico



Fonte: Lague (2019).

Como observado, para a China a sua zona prioritária de emprego do poder militar consiste em seu entorno estratégico. Seja na competição pelo controle do Mar do Sul da China ou na tentativa de competir com a presença naval dos Estados Unidos no Mar do Leste da China e no Mar Amarelo, a China é consciente de suas limitações e de suas prioridades. Nesse sentido, a sua projeção mais ambiciosa para Djibouti (no Chifre da África), justificada em grande medida pela centralidade da região para a segurança marítima, traz elementos para a reflexão sobre o papel da Venezuela e região nessa questão.

A distância que se impõe entre Pequim e Caracas é suavizada pela relevância da região como fornecedora de insumos para o desenvolvimento chinês, mas também como um ativo para o futuro, na condição de reserva

estratégica. Assim, como consideração para o Exército Brasileiro, devem se destacar as iniciativas no campo econômico-comercial, de infraestrutura e da diplomacia militar. Distinto do desafio representado pela China aos Estados Unidos, para o Exército e pelo Estado brasileiro, Pequim emerge tanto como uma oportunidade na conformação de um mundo multipolar, como um risco em virtude de suas ações em moldar o ambiente geoeconômico da América Latina e Caribe ao sabor de seus interesses. Como conclusão, o conceito de “1+3+6” apresentado pelo presidente Xi Jinping nos lembra que a presença chinesa na região e o seu papel na crise da Venezuela possui um componente pragmático e econômico, mas, acima de tudo, responde a uma Grande Estratégia que dá sentido ao emprego de suas expressões do poder nacional.

Referências

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. CELAC and China Joint Plan of Action for Cooperation on Priority Areas (2019-2021), 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/images/2ForoCelacChina/Joint-Action-Plan-II-CELAC-China-Forum-FV-22-01-18.pdf>>, Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Cooperation Plan (2015-2019). China-CELAC Forum, 2015. Disponível em: <http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/t1230944.htm>, Acesso em: 02 jul. 2019.

CHAN, Minnie. "First Djibouti ... now Pakistan port earmarked for a Chinese overseas naval base, sources say". South China Morning Post, 5 jan 2018. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2127040/first-djibouti-now-pakistan-port-earmarked-chinese>>, Acesso: 04 Jul. 2019.

CHINA, The People's Republic of China. China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. April 20, 2009. USC US-China Institute. Disponível em: <<https://china.usc.edu/chinas-policy-paper-latin-america-and-caribbean>>, Acesso em: 02 jul. 2019.

CHINA, The People's Republic of China. White Paper China's Military Strategy (full text). May 27, 2015. The State Council - The People's Republic of China. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm>, Acesso em: 02 jul. 2019.

CHINA. Full text of China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. Nov. 24, 2016. The State Council - The People's Republic of China. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm>, Acesso em: 02 jul. 2019.

ELLIS, Evan. "The strategic Context of China's Advance in Latin America: an update". Asia Centre / DGRIS, Note – observatoire China 2017/2018. Disponível em: <https://centreasia.hypotheses.org/files/2017/08/17-Ellis-Ame%CC%81rique-Latine_180417.pdf>, Acesso em: 02 jul. 2019.

ELLIS, Evan. The Future of Latin America and the Caribbean in the Context of the Rise of China. Center for Strategic and International Studies, CSIS Americas Program. November 21, 2018. https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/181119_FutureofLatinAmerica.pdf?fMECdCfwt7zdU7MyR9OFme08CFXWHti_, Acesso em: 02 jul. 2019.

IISS. International Institute for Strategic Studies. Strategic Survey: The Annual Assessment of Geopolitics. Londres, 2018a.

IISS. International Institute for Strategic Studies. China's Belt and Road Initiative in Latin America and the Caribbean. Vol. 24, Comment 40. 20th December 2018b. Disponível em: <<https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2018/chinas-bri-in-latin-america>>, Acesso em: 02 jul. 2019.

IISS. International Institute for Strategic Studies. The Military Balance 2019: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2019.
_____. The Military Balance 2018: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2018c.

_____. The Military Balance 2017: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2017.

_____. The Military Balance 2016: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2016.

_____. The Military Balance 2015: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London, 2015.

JINPING, Xi. Build a Community of Shared Destiny for Common Progress. President of the People's Republic of China At China-Latin American and Caribbean Countries Leaders1 Meeting Brasilia, 17 July 2014. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t1184869.shtml>, Acesso em: 02 jul. 2019.

LABRADOR, Rocio Cara. Maduro's Allies: Who Backs the Venezuelan Regime? Council on Foreign Relations. February 5, 2019. Disponível em: <<https://www.cfr.org/article/maduros-allies-who-backs-venezuelan-regime>>, Acesso em: 02 jul. 2019.

LAGUE, David. The China Challenge: Rulling the waves. Reuters, April 30, 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/investigates/special-report/china-army-navy/>>, Acesso em: 04 Jul 2019.

NIU, Haibin. A New Era of China-Latin America Relations. Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES). Anuario de Integración 11. 2015. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2016/02/03-Niu.pdf>>, Acesso em: 02 jul. 2019.

PANDA, Ankit. Reflecting on China's Five Principles, 60 Years Later. *The Diplomat*. June 26, 2014. Disponível em: < <https://thediplomat.com/2014/06/reflecting-on-chinas-five-principles-60-years-later/>>, Acesso em: 02 jul. 2019.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. "PLA Daily: Top ten highlights of China's military diplomacy 2018". December 22, 2018. Disponível em: <en.people.cn/n3/2018/1222/c90000-9531056.html>, Acesso em: 04 jul. 2019.

RT. "China refutes reports of sending troops to Venezuela to help Maduro". 3 apr, 2019. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/455469-china-refutes-military-venezuela/>> Acesso em: 04 jul. 2019.

RTE. US oil embargo will see Venezuela 'turn to China, Russia' for salvation. 27 Apr 2019. Disponível em: <<https://www.rte.ie/news/world/2019/0427/1046046-us-oil-embargo-venezuela/>>, Acesso em: 02 jul. 2019.

SELIGMAN, Lara. U.S. Military Wary of China's Foothold in Venezuela. *Foreign Policy*. APRIL 8, 2019. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2019/04/08/us-military-wary-of-chinas-foothold-in-venezuela-maduro-faller-guaido-trump-pentagon/>>, Acesso em: 03 jul. 2019.

SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute. *Arms Transfers Database*, 2018. Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>, Acesso em: 04 jul. 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. Grande Estratégia e Modernização Militar da China Contemporânea. Centro de Estudos Estratégicos do Exército : Análise Estratégica, [S.l.], Vol 12 (2), p. 9-24, Mar/ Maio 2019. Disponível em: < <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/download/2247/1812/>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. Postura Estratégica dos Estados Unidos e uso da Força. Centro de Estudos Estratégicos do Exército : Análise Estratégica, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 5-17, ago. 2018. Disponível em: < <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/1636>>. Acesso em: 05 jul. 2019.